

# Campanha educativa no Paranoá

DA REDAÇÃO

Depois de quatro dias de patrulha em busca de bombas de captação, o Pelotão Lacustre da Polícia Militar (PM) e a Delegacia de Meio Ambiente (Dema) conseguiram convencer cerca de 15 moradores das margens do Lago Paranoá a desativar o sistema de sucção. De segunda a quinta-feira, cinco barcos da PM e da Dema circularam próximos às mansões para detectar as tubulações e pedir aos responsáveis que elas fossem inutilizadas. Quem não atendeu à recomendação, seria notificado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) por desrespeito à lei ambiental.

De acordo com o comandante do Pelotão Lacustre, tenente Eymard Gonçalves, todas as pessoas abordadas atenderam ao pedido da polícia. "Ninguém foi autuado. Nossa preocupação inicial é fazer um trabalho educativo e mapear os endereços onde as bombas de sucção estão instaladas", explica o militar. Na próxima semana, a polícia retoma a operação para checar se quem se comprometeu a desativar o sistema de sucção manteve o compromisso. De acordo com o tenente Eymard, foi explicado aos moradores que, devido à seca, o nível do Lago Paranoá fica mais baixo nesta época do ano (confira quadro), e que a retirada de água pode piorar a situação. "Não encontramos ne-

Breno Fortes/CB - 20/4/06



A EQUIPE DA POLÍCIA MILITAR AFIRMA QUE 15 MORADORES CONCORDARAM EM DESATIVAR OS SISTEMAS DE SUÇÃO: NOVA VISTORIA NA PRÓXIMA SEMANA

nhuma resistência", reforça o comandante.

A decisão de identificar sistemas de captação foi tomada pela Secretaria de Meio Ambiente (Semarh) na semana passada, depois que o *Correio Braziliense* flagrou casos em que a água do Paranoá era usada para a irrigação de jardins. A prática, muito comum e antiga entre quem vive à beira do lago, esbarra na falta de regulamentação. O decreto 22.359/2001, que define regras de outorga de direito de uso de recursos hídricos no DF,

indica que a captação só pode ser feita mediante autorização da autoridade competente: no caso, a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal (Adasa).

## Outorgas

No entanto, a concessão de outorgas encontra um obstáculo. Não há estudos ou levantamentos que apontem de que pontos e em que quantidades a água pode ser retirada da represa sem causar desequilíbrios ecológicos. Não se sabe ao certo nem

até que ponto a prática traz danos ao meio ambiente. "A preocupação da Adasa, por enquanto, não é fiscalizar. Precisamos antes disso criar regras para regularizar as situações que podem ser regularizadas", ressalta o diretor-presidente do órgão, David de Matos. Segundo ele, a Adasa recebeu quatro pedidos de outorga para retirada de água do Paranoá, mas nenhuma foi avaliada ainda.

Na avaliação de Matos, a situação de locais como Lago Oeste e Vicente Pires — onde comu-

nidades inteiras consomem exclusivamente a água de perfurações não autorizadas — é tão ou até mais preocupante do que a retirada de água do Lago Paranoá para irrigação de jardins. Mas Matos adiantou que, caso chegue-se à conclusão de que não é prejudicial retirar água da represa com bombas de sucção, a preferência será dada a equipamentos de uso público, como os clubes da região. "A lei não diz que não pode tirar água do Paranoá. Mas ainda é preciso regulamentar o assunto", conclui.

## FISCALIZAÇÃO

**CEB** — Por conta da Usina Hidrelétrica do Paranoá, a Companhia Energética de Brasília controla o nível do lago, que varia entre 999,5m e 1.080m ao longo do ano. Na seca, é comum que o reservatório baixe até 70cms do nível normal.

**Pelotão Lacustre** — Coíbe crimes ambientais em toda a extensão do lago e suas margens.

**Semarh** — Fiscaliza o uso dos recursos hídricos e a preservação da Área de Proteção Permanente (APP): até 30m do espelho d'água.

**Adasa** — Há dois anos, a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do DF assumiu a gestão dos recursos hídricos, concedendo outorgas para a exploração de água.

**Marinha** — Regulamenta e fiscaliza as embarcações e os condutores que transitam pelo lago.

**Dema** — A Delegacia do Meio Ambiente investiga os crimes ambientais cometidos na região.